
Checklist para envio do originador para autuação de cobrança executiva – SECEX-PA

TC 014.252/2015-5

1. Nos termos do art. 3º da Resolução-TCU 178/2005, vencido o prazo fixado sem comprovação do recolhimento da dívida e inexistindo interposição de recursos com efeito suspensivo, remetemos os autos para fins de que sejam promovidas as ações necessárias para cobrança judicial.

| Ordem | Item verificado | Sim | Não | Não se aplica |
|-------|--|-------------------------------------|--------------------------|-------------------------------------|
| 1. | Foram feitas as análises quanto a existência de erro material para cada Acórdão (originador e de recurso) conforme previsto no Checklist do MMC 41/2016 (VEM-Verificação de Erro Material)? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 2. | Houve notificação para o endereço da base CPF/CNPJ? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 3. | Caso a notificação se destine a outro endereço além daquele existente na base CPF/CNPJ, há nos autos comprovação desse novo endereço ou despacho de que o endereço tenha sido encontrado nas bases de dados do TCU (DGI)? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 4. | Caso representado legalmente, a notificação ao responsável se deu por meio de seu procurador (MMC 10/2018)? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 5. | Caso haja divergência de CEP entre o endereço no ofício de notificação e aquele da base CPF/CNPJ, juntou-se ao processo busca do site dos Correios com o CEP correto ou foi confeccionado despacho para expor essa situação? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 6. | No ofício de notificação estão corretos a data, a solidariedade, o cofre e o valor do(s) débito(s) e/ou multa? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 7. | A notificação à empresa foi feita para o endereço constante do CNPJ? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 8. | Em caso de frustrada a tentativa de notificação para o endereço da empresa, foi feita tentativa de notificação para o endereço do representante legal? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 9. | Caso o representante tenha se mantido silente (não compareceu espontaneamente aos autos), providenciou-se a publicação de edital? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input checked="" type="checkbox"/> |
| 10. | As informações de endereçamento do AR estão corretas? (endereço compatível com o constante do ofício e compatível com as pesquisas de endereço realizadas à época da notificação) | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 11. | Há informação do número do ofício no AR, assinatura do recebedor e data do recebimento? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 12. | No caso de débito ao Tesouro Nacional ou de multa, consultou-se o SisGRU para verificar se houve a quitação ou se está ocorrendo pagamento parcelado pelo responsável? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

| | | | | |
|--------------|---|-------------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 13. | Consultou-se na aba Sisobi do CPF se o responsável é falecido? Nesses casos, faz-se necessário diligenciar cartórios para obter certidão de óbito. | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 14. | Foram juntados ao processo a tela do cálculo do TJ dos responsáveis e, quando se tratar de contas, o Cadirreg? | <input checked="" type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Ordem | Somente se houver responsável falecido | Sim | Não | Não se aplica |
| 15. | Caso o responsável tenha falecido antes do acórdão que lhe imputou multa, houve a revisão de ofício da deliberação com a finalidade de afastar a multa imposta? <small>Entre outros, Ac. 1135/2017-Plenário, relatado pelo ministro Augusto Sherman, Ac. 3500/2016-Primeira Câmara, relatado pelo ministro Benjamin Zymler, e Ac. 2726/2016-Plenário, relatado pelo ministro Augusto Nardes.</small> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 16. | Caso o responsável tenha falecido antes de sua citação, houve a revisão de ofício da deliberação com a finalidade de torná-la insubsistente para promover a citação do espólio do falecido ou a dos seus sucessores diretamente? <small>Ac. 5148/2015-Primeira Câmara, relatado pelo ministro Benjamin Zymler.</small> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 17. | Juntou-se ao processo certidão de óbito do responsável? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 18. | A notificação destinou-se ao inventariante, havendo comprovação nos autos de sua nomeação? Ou a notificação destinou-se aos herdeiros, havendo nos autos a homologação da partilha? Ou, caso não identificado inventário nem partilha, a notificação destinou-se ao administrador provisório do espólio (em geral o cônjuge sobrevivente), havendo nos autos a comprovação de seus dados? | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| Ordem | Somente se houver recurso | Sim | Não | Não se aplica |
| 19. | Houve provimento de recurso?*** | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 20. | Caso haja recurso provido, o relator concedeu efeito suspensivo?* | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 21. | Caso haja recurso interposto por terceiros, o relator estendeu o efeito suspensivo ao responsável? * | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 22. | Caso haja embargos conhecidos, o efeito suspensivo foi considerado para todos os responsáveis?* | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

(*) Se a resposta for sim, o TJ contará a partir da notificação do recurso. Se for não, o TJ contará a partir da notificação do acórdão recorrido, observar se há solidariedade entre os responsáveis.

(**) Quando se tratar de embargos de declaração, para os quais não há prévio exame de admissibilidade a cargo da SERUR, o TJ contará sempre a partir da notificação dos embargos, exceção somente quando estes não forem conhecidos.

(***) Em caso de provimento de recurso, sendo esse conhecido, o TJ contará a partir da notificação do recurso.

Secex/PA, em 21 de setembro de 2018.

(Assinado eletronicamente)
Juliana Fonseca Pessoa Acatauassu Nunes
Matrícula 10600-3